



CORTE DE R\$ 10 BI NO BOLSA-FAMÍLIA

Relator do Orçamento da União de 2016 diz que não vai excluir atuais beneficiários

BRASÍLIA

Em reunião no Palácio do Planalto, o relator do Orçamento da União de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), anunciou que pretende cortar R\$ 10 bilhões no programa Bolsa-Família, cuja verba total na proposta foi fixada em R\$ 28,8 bilhões.

Será um corte de 35% no principal programa social do governo, que completou 12 anos ontem. O deputado Ricardo Barros confirmou à reportagem sua ideia e disse que o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, ficou de conversar com a presidente Dilma Rousseff e o Ministério do Desenvolvimento Social.

“Pretendo cortar R\$ 10

REVISÃO

“Os R\$ 32 bilhões da CPMF não virão, porque não será aprovada; nem os R\$ 6 bilhões do Sistema S, porque até agora não veio para o Congresso o projeto de lei sobre isso. Vou ter que enxugar o que eu puder”

RICARDO BARRROS
DEPUTADO FEDERAL

bilhões do Bolsa-Família. Há uma rotatividade hoje no programa. Minha proposta é manter quem está

no programa e não fazer renovações. Quem está no programa será mantido, e a vaga de quem sai não será resposta. Hoje, o próprio governo diz que 72% dos beneficiários trabalham”, disse Ricardo Barros.

O relator ainda quer reduzir a verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como forma de bancar R\$ 4,5 bilhões de emendas de bancada impositivas. Apesar do aperto fiscal, em 2016 haverá, pela primeira vez, a chamada emenda impositiva das bancadas parlamentares. O Orçamento Impositivo prevê a execução obrigatória (impositiva) das emendas individuais apresentadas pelos 594 parlamentares

(513 deputados e 81 senadores). As emendas impositivas começaram a ser aplicadas em 2014.

Mas, na discussão das regras do Orçamento de 2016, ficou acertado que haverá uma emenda impositiva por bancada. Ou seja, as bancadas estaduais poderão apresentar uma emenda coletiva que terá caráter impositivo.

“Os R\$ 32 bilhões da CPMF não virão, porque não será aprovada, e nem os R\$ 6 bilhões do Sistema S, porque até agora não veio para o Congresso o projeto de lei sobre isso. Vou ter que enxugar (nas despesas) o que eu puder”, disse Barros, afirmando que ainda analisa outras alternativas.

petista e que há outros ajustes no Orçamento que possam ser feitos. “O esforço será para manter o Bolsa Família”, destacou.

Integrante da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o senador Walter Pinheiro (PT-BA) avaliou que, no momento de recessão econômica que repercute na queda de arrecadação dos entes federa-

dos, os pagamentos de benefícios previdenciários e o Bolsa-Família são as duas principais fontes que garantem a economia dos municípios.

Já o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO) disse que, mesmo a proposta não atendendo o objetivo de tirar as pessoas da pobreza, não se deve reduzi-lo.



Concessão de novos benefícios pode ser suspensa

OPINIÃO DA GAZETA

Populismo contra o povo

Semana passada, o ex-presidente Lula afirmou que o governo pedalou para conseguir bancar os programas sociais. Dias depois, Dilma confirmou a versão. Populismo puro. Na verdade, o governo petista inchou a máquina pública, tornou-a mais ineficiente e descontrolou os gastos governamentais. De olho na últimas eleições, o descontrole e as pedaladas foram

mantidos, e o ajuste foi adiado para 2015. Como em economia não existe almoço de graça, o preço (alto) é cobrado. Mais de duas décadas depois, o país vive uma recessão que beira os 3%, a confiança de consumidor e empresários está lá embaixo, e o desemprego avança. Como sempre, o pobre, em nome de quem opera o populismo, é o que mais sofre.

Oposição reage a perdas do programa

Senadores da base aliada e até mesmo da oposição reagiram ontem à intenção de se fazer cortes ao programa Bolsa-Família no Orçamento de 2016.

A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza

Campello, defendeu enfaticamente cada centavo do programa de transferência de renda. O líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), disse que o programa é “quase um mantra” para a gestão